

RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.671 - RS (2015/0024128-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : VERSELINA SOUZA MARTINS
ADVOGADO : ADÃO DE BRUM LACERDA - RS032843

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 164):

EMBARGOS INFRINGENTES EM AÇÃO RESCISÓRIA. LIMITES DA DIVERGÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. PAGAMENTO DE BENEFÍCIO - RESPONSABILIDADE DO INSS. RESSARCIMENTO - BUSCA DE FORO ADEQUADO.

1. Os embargos infringentes são recebidos e processados nos limites da divergência, na forma do artigo 530 do CPC, 2ª parte.
2. A responsabilidade pelo pagamento do benefício previdenciário é do INSS; e, mesmo em caso de inadimplemento por responsabilidade de outrem, deve a autarquia providenciar o correto pagamento, por tratar-se de relações de direito diversas.
3. O ressarcimento da autarquia pelo pagamento em duplicidade, sem sua culpa, deve ser buscado em ação adequada, contra quem de direito.

Os embargos de declaração (e-STJ, fls. 170/174) foram acolhidos em parte somente para fins de prequestionamento, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 181/184.

Alega o recorrente a violação dos arts. 74 e 76 da Lei n. 8.213/1991; 927, 942 e 943 do Código Civil/2002; e 535 do Código de Processo Civil/1973.

Argumenta que o restabelecimento da pensão por morte ocasionou o pagamento em duplicidade do benefício.

Aduz, ainda, que deve ser determinada a suspensão do pagamento de forma duplicada devido à falta de responsabilidade do INSS pelo cumprimento da decisão que foi rescindida.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 213), subiram os autos a esta Corte de Justiça.

Parecer do Ministério Público pelo não conhecimento da alegação de indevido pagamento em dobro, por não se ter apontado violação do art. 485 do Código de Processo Civil de 1973, e pelo não provimento à suscitada afronta ao art. 535 do mesmo Código (e-STJ, fls. 231/237).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, anote-se que não ocorreu contrariedade ao art. 535 do CPC quando o Tribunal de origem fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do acórdão. O fato de haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, já que elegeu os fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. CUMULAÇÃO DE DUAS APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ CONCEDIDAS PELO MESMO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NO ARTIGO 124, II, DA LEI 8.213/1991. FATO ALEGADO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA DE DIREITO MATERIAL CARACTERIZADA. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. JUROS DE MORA E ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI

11.960/2009. CONDENAÇÃO DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. ANÁLISE PREJUDICADA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, PROVIDO.

1. A questão recursal consiste em saber se o fato de o segurado cumular duas aposentadorias por invalidez, no mesmo regime de previdência, é questão de ordem pública de direito material, passível de ser examinada pelo Tribunal a quo em sede de embargos de declaração.

2. Em preliminar, rejeita-se a alegada violação do artigo 535 do CPC/1973, porque o Tribunal a quo enfrentou o pedido contido nos embargos de declaração, concluindo que o tema da cumulação de aposentadorias estaria precluso para o debate.

3. O artigo 124 da Lei 8.213/1991 contém norma expressa de vedação de cumulação de aposentadorias. É uma norma de exceção, que veda o recebimento simultâneo das prestações ali elencadas. Condiz a uma vedação de conduta.

4. Questão de ordem pública é uma questão que constitui matéria de interesse público. Deve ser verificada sob diferentes enfoques, em distintas disciplinas jurídicas e em cada ramo do Direito. Isto porque, cada disciplina jurídica possui seu próprio núcleo de regras e princípios fundamentais e, em cada disciplina será contextualizada a violação à ordem pública.

5. Quanto aos consectários, o acolhimento do pedido principal gera prejudicialidade na análise.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido.

(REsp 1.411.526/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe 24/5/2018)

ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VÍCIO EM PROCESSO LICITATÓRIO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO. LEGITIMIDADE RECONHECIDA PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS POR ATO DE IMPROBIDADE INDEPENDENTE DA RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA E CRIMINAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 83 DA SÚMULA DO STJ. DEMAIS ALEGAÇÕES. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - No tocante à violação ao artigo 535, I e II, do CPC/1973, não merece prosperar, uma vez que o acórdão recorrido não se ressentiu de omissão, obscuridade ou contradição, porque apreciou a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária aos interesses da recorrente.

[...]

VIII - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.607.976/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017)

No tocante ao restabelecimento da pensão por morte, verifica-se, no aresto impugnado, os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 161/162):

A 3ª seção entendeu, por ocasião do julgamento da ação rescisória, que a determinação da sentença, posteriormente mantida em acórdão da 5ª Turma deste Regional, no sentido de cancelamento do benefício anteriormente concedido à VERSELINA, não foi objeto do pedido, caracterizando provimento *ultra petita*, merecedor de reforma por meio da rescisão do julgado no ponto.

Tenho que o recurso não merece prosperar.

[...]

Pois, bem não vejo, portanto, como se desconsiderar o fato de que o provimento judicial foi além do postulado, caracterizando o vício de decisão *ultra petita*, passível de rescisão e adequação do julgado.

Assim, para apreciação do pleito de adoção do voto vencido, cabe aferir se o INSS, que já adimpliu os valores em nome de uma das beneficiárias, deve fazê-lo ou não em nome da outra, reconhecidamente a legítima dependente, que faz jus ao direito de receber a pensão.

Embora à primeira vista possa parecer que se está exigindo do INSS um *bis in idem*, tal medida se torna inafastável, uma vez que o Instituto é o responsável pelo pagamento do benefício; e muito embora se possa falar em ressarcimento, se houve erro judicial ou recebimento indevido, deve o INSS buscar o foro adequado para solução da questão. Embora o mau pagamento não tenha sido de responsabilidade da autarquia, não se pode desvirtuar os mecanismos de funcionamento dos órgãos do

Estado, invertendo-se completamente a lógica do sistema, para atendimento de uma questão em particular. A propósito, harmonicamente com tal pensamento, cito o entendimento do Desembargador Federal, hoje Ministro, Néfi Cordeiro, retratado nas notas taquigráficas da sessão de julgamento da rescisória, *verbis*:

Quem é responsável por pagar benefícios previdenciários é o INSS. Se o erro foi provocado por ele ou pelo Juiz, não importa, é ele quem paga. Se ele quiser, pode ir atrás das pessoas que lhe devam restituir esses valores, seja a União, porque foi uma decisão de Juiz Federal, seja tentando cobrar valores recebidos de boa-fé pela vencedora da ação originária. Vejo, como disse o Des. Federal Luiz Carlos de Castro Lugón, relações diferentes. É como se fosse um empregador que é obrigado pelo Juiz a fazer um pagamento, e, após, se entende indevido. Esse empregador vai ter de pagar ao empregado correto, tenha essa decisão de pagamento decorrido *motu proprio* dele ou de ordem de Juiz. Quem tem de pagar benefício previdenciário é o INSS, e aí ele, é claro, poderá até buscar um eventual ressarcimento.

Imaginem a situação de essa pessoa tentar receber valores diretamente da outra pensionista, que dificuldade teríamos. Quem tem de pagar benefício não é a outra parte. Quem tem de ressarcir pode ser a outra parte, mas quem paga benefício é o INSS.

Portanto, tratando-se de duas relações jurídicas, em o Instituto pagando duas vezes, deve procurar o ressarcimento com quem de direito.

Mantenho, pois, o entendimento que defendi no julgamento da rescisória, não havendo razão qualquer para alterá-lo.

Ao que se observa do excerto transcrito, as alegações do recurso especial não enfrentam a questão da distinção entre a responsabilidade pelo pagamento e a relativa ao ressarcimento por erro judicial, porquanto não foi objeto de impugnação específica, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RESTITUIÇÃO DE VALORES. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Cinge-se a controvérsia à devolução de valores recebidos a maior no pagamento de pensão por morte.
2. A Corte regional consignou não ser devida a devolução, baseando-se nas peculiaridades da demanda.
3. No caso concreto, verifica-se que a parte se furtou ao dever de impugnar a compreensão do Tribunal *a quo*. Sendo assim, como o fundamento não foi atacado pela parte recorrente, sendo apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite-se aplicar na espécie, por analogia, os óbices das

Superior Tribunal de Justiça

Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

4. Ademais, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos, cujo reexame é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o impedimento da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.658.339/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 11/5/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CRÉDITOS RURAIS ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS CEDIDOS À UNIÃO. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.196-3/2001. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. SÚMULA N. 83/STJ. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. FALTA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. ART. 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NÃO CABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

[...]

VI - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem.

Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.

[...]

IX - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.629.094/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

